

**INSTITUTO VALE DO CRICARÉ  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**MAURINA SOARES MOTTA DE SOUZA  
PATRICIA MIRANDA CAMPOS OLIVEIRA  
VICTOR HUGO LEVISKI CATRINCK**

**A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

**SÃO MATEUS**

**2014**

**MAURINA SOARES MOTTA DE SOUZA  
PATRICIA MIRANDA CAMPOS OLIVEIRA  
VICTOR HUGO LEVISKI CATRINCK**

**A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

**Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale Do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Maria da Penha R. Amaral**

**SÃO MATEUS**

**2014**

**MAURINA SOARES MOTTA DE SOUZA  
PATRICIA MIRANDA CAMPOS OLIVEIRA  
VICTOR HUGO LEVISKI CATRINCK**

## **A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA NAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, para Banca Examinadora formada pelos seguintes professores:

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014

### **BANCA EXAMINADORA**

---

**PROF. MARIA DA PENHA R. AMARAL  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ  
ORIENTADOR**

---

**PROF. EDUARDO HENRIQUE  
SANT'ANNA  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ**

---

**PROF. JOSÉ MARIA FERREIRA  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ**

A nossa orientadora Maria da Penha, que disponibilizou seu tempo para tornar possível a conclusão deste trabalho.

A Deus, pela força, saúde e perseverança  
e a nossa família pelo apoio e paciência.

Qual de vocês se quiser construir uma torre, primeiro não se assenta e calcula o preço, para ver se tem dinheiro suficiente para completá-la? LUCAS (14:28)

## **RESUMO**

Utilizando-se da contabilidade que gera informações contábeis, através de seus registros, a auditoria é uma ramificação que exerce um importante papel junto à contabilidade, onde utiliza dessas informações para verificação e avaliação, de modo a formar uma opinião. Para isso utiliza-se de técnicas e procedimentos em cada uma das afirmações contidas nas demonstrações em exame, e o resultado é atestar a representatividade das informações. A auditoria exerce um importante papel junto às informações contábeis, apontando proteção e controle do patrimônio das empresas, detecção fraudes, maior confiabilidade nas informações. A pesquisa tem como objetivo, mostrar a importância da auditoria nas informações contábeis, como ferramenta de prevenção e detecção fraude e de auxílio à tomada de decisão. Classifica como do tipo Bibliográfica e Exploratória, desenvolvida em quatro capítulos: O primeiro trata-se do conhecimento da auditoria, através da evolução, seus princípios norteadores, e a importância da auditoria tanto para a empresa, como para os investidores e até mesmo o fisco; O segundo capítulo, o enfoque é dado na informação contábil, pelos usuários dessa informação, bem como os atributos da informação; No terceiro descreve a auditoria de itens patrimoniais, com os procedimentos e objetivos da auditoria, nas diferentes contas patrimoniais; O quarto e último capítulo, é o estudo de caso de uma empresa contratante de uma auditoria (contratada), com aplicação de questionário, como base para contribuição da conclusão da pesquisa.

**PALAVRA CHAVE:** Auditoria, Informação, Demonstração, Contabilidade.

## **ABSTRACT**

Using accounting that generates accounting information through their records, the audit is a branch that plays an important role with the accounting, which uses this information for verification and evaluation, to form an opinion. For it makes use of techniques and procedures in each of the statements contained in the statements in question, and the result is to certify the representativeness of information. The audit plays an important role with the financial statements, pointing protection and control of the assets of companies, fraud detection, greater reliability of the information. The research aims to show the importance of the audit of the financial statements, as a prevention tool and detection of fraud and aid decision making. Ranks as the type of Bibliographic and Exploratory developed into four chapters: The first it is the knowledge of the audit, through evolution, its guiding principles, and the importance of the audit for the company and for investors and even the tax authorities ; The second chapter, the focus is on accounting information, the users of this information, as well as the attributes of information; The third describes the audit balance sheet items, with the procedures and audit objectives in the different balance sheet accounts; The four and last chapter is a case study of a contractor of an audit (contracted), with a questionnaire as a basis for the conclusion of the research contribution.

**KEY-WORDS:** Auditing, Information, Demonstration, Accounting.



# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. AUDITORIA.....	14
1.1 CONCEITO.....	14
1.2 EVOLUÇÃO DA AUDITORIA NO BRASIL.....	14
1.3 PRINCÍPIOS DA AUDITORIA .....	15
1.3.1 Conduta Ética.....	16
1.3.2 Independência.....	17
1.3.3 Evidenciação .....	18
1.4 IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA CONTÁBIL.....	19
1.4.1 Vantagens para os gestores da empresa.....	19
1.4.2 Vantagens para os investidores.....	20
1.4.3 Vantagens para o fisco .....	20
2. INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	21
2.1 USUARIO DA INFORMAÇÃO.....	23
2.2 ATRIBUTOS DA INFORMAÇÃO CONTABIL.....	25
2.2.1 Confiabilidade.....	26
2.2.2 Compreensibilidade.....	28
2.2.3 Comparabilidade.....	28
2.2.4 Relevância .....	29
2.2.5 Materialidade .....	30
2.2.6 Tempestividade.....	30
3. AUDITORIA DE ITENS PATRIMONIAIS.....	32
3.1 AUDITORIA DAS DISPONIBILIDADES .....	32
3.1.1 Áreas correlatas.....	32
3.1.2 Objetivos de auditoria das disponibilidades .....	33
3.1.3 Seleção dos procedimentos de auditoria das disponibilidades.....	34

3.2	AUDITORIA DE CONTAS A RECEBER.....	34
3.2.1	Objetivos de auditoria de contas a receber.....	35
3.2.2	Procedimentos de auditoria de contas a receber.....	35
3.3	AUDITORIA DE ESTOQUES.....	36
3.3.1	Objetivos de auditoria dos estoques.....	36
3.3.2	Avaliação dos estoques.....	37
3.4	AUDITORIA DE INVESTIMENTOS.....	37
3.4.1	Objetivos de auditoria de investimentos.....	37
3.5	AUDITORIA DO PASSIVO.....	38
3.5.1	Áreas correlatas.....	38
3.5.2	Procedimentos de auditoria do passivo.....	39
3.5.3	Passivo circulante e passivo não circulante.....	39
3.6	PATRIMÔNIO LIQUIDO.....	40
3.6.1	Capital realizado.....	40
3.6.2	Reservas de capital.....	41
3.6.3	Ajustes de avaliação patrimonial.....	41
3.6.4	Reservas de lucros.....	41
3.6.5	Lucros ou prejuízos acumulados.....	42
4.	ESTUDO DE CASO DE AUDITORIA NA EMPRESA LE ROMA.....	43
4.1	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA.....	43
4.2	O PROCESSO DE AUDITORIA.....	43
	CONCLUSÃO.....	45
	REFERÊNCIAS.....	46
	APÊNDICES.....	47
	APÊNDICE I – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	47
	APÊNDICE II – CARTA DE AUTORIZAÇÃO.....	48
	APÊNDICE III - QUESTIONÁRIO.....	49

## INTRODUÇÃO

A principal função da contabilidade é gerar informações através de registros, a fim de controlar o patrimônio e suas variações, receitas, despesas e lucros de uma empresa. Para que essas informações não sejam distorcidas, há necessidade de um profissional de competência Técnico Profissional, para analisar e verificar a eficiência e eficácia desses dados, se realmente estão de acordo com as Normas e Princípios legais da contabilidade. Afinal, é através das informações contábeis que a Administração toma decisões.

A Auditoria, atualmente, é vista como um instrumento de controle administrativo, que se destaca como ponto de convergência de todos os efeitos, fatos e informações originados dos diversos segmentos de uma empresa, mas a contabilidade mantém estreitas relações com os modernos sistemas de auditoria, cuja finalidade é avaliar as informações contábeis, no sentido de que sejam confiáveis, adequadas, totais e seguras. Conseqüentemente, a execução de uma auditoria não se prende somente aos fatores sob o controle da contabilidade, estendendo-se aos diversos segmentos da empresa que geram dados para a contabilidade, assim como aos fatores externos que, de alguma forma, os influenciam. Em uma auditoria que tenha objetivo expressar opinião sobre as demonstrações contábeis, o trabalho do auditor direciona para todos os segmentos da empresa que possam influenciar e gerar dados para as demonstrações em exame.

Uma auditoria tem papel relevante nas informações contábeis, mostra-se no fato de a pessoa do auditor prender sua atenção em cada uma das afirmações contidas nas demonstrações em exame. O objeto, nesse caso, é a ênfase que o auditor dá aos saldos e valores constantes nas informações da empresa sob auditoria e que tais saldos e valores representam em termos patrimoniais.

Como a auditoria das informações contábeis se preza em atestar a representatividade dessas informações, todo trabalho do auditor estará centrado, por consequência, nos fatores que influenciam tais demonstrações.

As fraudes são assuntos constantes veiculados na mídia, em que as organizações convivem diariamente com esse risco.

Por essas e outras razões não menos relevantes é que surge a exigência de que um profissional especializado analise as demonstrações contábeis e diga, de forma isenta de qualquer interesse ou vínculo organizacional, no uso de grau de independência profissional, se elas realmente mostram o que dizem mostrar, bem como até que ponto essas informações são confiáveis. Assim, aparece o profissional “Auditor Independente”, altamente especializado que cumpre essas funções. Para tanto, é necessário conhecimento profundo, tanto de contabilidade como das técnicas de auditoria, sejam de uso normal por esse profissional.

Hoje, está se tornando comum a figura do “Auditor Independente”, o que poderá aumentar o grau de confiabilidade das informações contábeis das empresas, porque ao expressar sua opinião trará segurança de que as demonstrações examinadas estão livres de distorções relevantes, seja por “erro” ou por “fraude”.

As demonstrações contábeis representam uma das mais importantes formas de comunicação dentro da organização, não só na tomada de decisão, mas também aos usuários das informações contábeis como os bancos, acionistas, instituições financeiras, funcionários, autoridades fiscais etc.

A contabilidade vem passando por um processo de grandes mudanças, com a convergência das Normas Brasileiras nas Normas Internacionais (IFRS). Por essa razão, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC emitiu, desde 2009 diversas resoluções no intuito de adaptar as novas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) às Normas Internacionais. A auditoria, por ser uma técnica contábil, também passa por esse processo. Nos últimos anos foram emitidas novas Normas Brasileiras-Técnicas e Profissionais relacionadas à auditoria, denominadas NBC TA e NBC PA.

Diante desse contexto, a auditoria exerce um papel importante junto às informações contábeis, apontando proteção e controle de patrimônio das empresas, através da obtenção de confirmações que serão verificadas de modo a contatar falhas, fraudes ocorridas ou não, ou seja, até mesmo o bom funcionamento da empresa.

O trabalho de pesquisa concentra na importância que a auditoria exerce junto à contabilidade a qual, gera proteção e controle de patrimônio das empresas, através da obtenção de confirmação dos dados das informações contábeis que serão verificados de modo a constatar falhas, fraudes ocorridas ou não, e até

mesmo a eficácia desses dados, e delimita-se quanto ao importante papel da auditoria como forma de obtenção de credibilidade dos dados demonstrados nas informações contábeis.

A Contabilidade está sujeita a erros e fraudes. Os erros podem acontecer por equívoco ou o não conhecimento dos princípios contábeis. Já as fraudes ocorrem na tentativa de ocultar operações ilegais, o que acarretará a empresa a não atingir metas, não cumprir planejamento, prejuízos etc., por isso, as informações contábeis fornecem dados verdadeiros para segurança na tomada de decisão.

A partir desse problema, a execução de um trabalho de auditoria nas informações contábeis, é possível prevenir fraudes? Quais os benefícios que a auditoria poderá ocasionar em relação ao problema (erro, fraude e insegurança na tomada de decisão)?

A pesquisa tem como objetivo geral, enfatizar a importância da auditoria nas informações contábeis, como ferramenta de prevenção e detecção de fraude e de auxílio à tomada de decisão. Por isso, mostra o papel da auditoria nas informações contábeis, contribui para o entendimento do processo de verificação dos dados das informações contábeis, demonstra os benefícios que a auditoria poderá impactar nas organizações, de forma a responder aos questionamentos dados ao problema em questão.

O desenvolvimento do trabalho foi escolhido primeiramente, a pesquisa **Bibliográfica**, através de leitura de livros de diferentes autores de renome, pois explora materiais já elaborados, como livros, revistas e artigos científicos, a fim de atender à finalidade do Projeto.

Para Gil (2010), considera-se uma pesquisa **Exploratória**, que tem como objetivo principal proporcionar um envolvimento direto com o problema em questão, assim, está é uma pesquisa Exploratória, esse envolvimento ocorre desde a sua origem intuitiva focada, até à descoberta do problema através aplicação de questionário à empresa contratante de uma Auditoria (contratada).

Este trabalho está desenvolvido em quatro capítulos:

O primeiro trata-se do conhecimento da auditoria, através da evolução, seus princípios norteadores, e a importância da auditoria tanto para a empresa, como para os investidores e até mesmo o fisco.

O segundo capítulo, o enfoque é dado na informação contábil, pelos usuários dessa informação, bem como os atributos da informação.

No terceiro descreve a auditoria de itens patrimoniais, com os procedimentos e objetivos da auditoria, nas diferentes contas patrimoniais.

O quatro e último capítulo, é o estudo de caso de uma empresa contratante de uma auditoria (contratada), com aplicação de questionário.

# 1. AUDITORIA

## 1.1 CONCEITO

Segundo Attie (1998) “auditoria é uma área específica da contabilidade que tem por objetivo verificar os controles patrimoniais de uma empresa e apresentar uma concepção sobre algum dado”.

Portanto é um ramo da contabilidade que tem por objetivo investigar se os processos contábeis estão corretos e de acordo com as leis, para isso é necessário um trabalho minucioso, que não haja tendências e desvios dos parâmetros.

Para Crepaldi (2013, p.3) a auditoria é:

O levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade.

A auditoria das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre sua adequação consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e pertinente à legislação específica.

Consiste em controlar as áreas-chaves nas empresas afim de evitar situações que propiciem fraudes, desfalques e subornos, através de testes regulares nos controles internos específicos de cada organização.

Desta forma a finalidade de examinar os sistemas financeiros é buscar o confronto da realidade com que está expresso nas demonstrações contábeis e nos processos de uma entidade.

## 1.2 EVOLUÇÃO DA AUDITORIA NO BRASIL

A evolução da auditoria no Brasil está diretamente relacionada com as empresas estrangeiras que começaram a investir aqui e conseqüentemente precisaram ter suas demonstrações financeiras auditadas por empresas internacionais de auditoria.

De acordo com Cavalcanti (2003), somente em 1965, pela Lei nº 4.728, foi citado o nome auditores independentes, essa lei regulou o mercado de capitais e seu desenvolvimento. Mais tarde o Banco Central do Brasil tornou obrigatória a auditoria externa ou independente na maioria das empresas que faziam parte do

Sistema Financeiro Nacional e também em companhias abertas. Em 1976, através da Lei das Sociedades por Ações, foi determinado que as demonstrações de empresas com ações negociadas em Bolsas de Valores deveriam ser auditadas por auditores registrados na Comissão de Valores Mobiliários.

Para Attie (1998, p.29) as principais influências que viabilizaram o desenvolvimento da auditoria no Brasil foram:

- a) Filiais e subsidiárias de firmas estrangeiras;
- b) Financiamento de empresas brasileiras através de entidades internacionais;
- c) Crescimento das empresas brasileiras e necessidade de descentralização e diversificação de suas atividades econômicas;
- d) Evolução do mercado de capitais;
- e) Criação das normas de auditoria promulgadas pelo Banco Central do Brasil em 1972; e
- f) Criação da Comissão de Valores Mobiliários e da Lei das Sociedades Anônimas em 1976.

Fica evidente que a auditoria cresceu no Brasil por causa de empresas estrangeiras que já tinham em suas rotinas o uso deste ramo da contabilidade e que foi adotado em suas filiais. Depois foi regulamentado através de leis específicas, além do apoio e divulgação do Conselho Federal de Contabilidade e Instituto Brasileiro de Contadores.

A auditoria independente ainda está vinculada nas entidades do Mercado de Capitais e também do Sistema Financeiro, sendo que as outras empresas não são frequentemente auditadas, quando passam por esse processo é devido a alguma condição especial dentre eles acordos de financiamento, fornecedores, a pedido de proprietários e/ou acionistas. (ATTIE).

### 1.3 PRINCÍPIOS DA AUDITORIA

De acordo com Jund (2003, p.50) a profissão de auditoria precisa seguir os princípios éticos profissionais e qualificações pessoais que se apoiam em: autoanálise, imparcialidade, sigilo profissional, bom senso para revisão/sugestão de um ponto, autoconfiança, sentido objetivo, perspicácia nos exames, persistência, caráter, suspeita sobre conduta alheia, informação qualificada, espírito de independência e conhecimento.



O auditor precisa estar muito preparado, pois examinar processos e demonstrações que outras pessoas fizeram ou executaram não é nada fácil, por esse motivo, é necessário trabalhar com a razão, ser crítico, ter bom senso, equilíbrio e confiança.

Outro ponto fundamental é o sigilo, pois nenhuma informação sigilosa pode ser usada em seu benefício ou de terceiros, por essa razão o profissional de auditoria deve ter muito cuidado e zelo, por conta de um vazamento de dados sua carreira pode acabar devido à falta de confiança.

O conhecimento é outro importante ponto que o auditor está em constante atualização, porque uma auditoria não é igual à outra e sempre há novos detalhes que surgem e precisam de sua opinião. Seu trabalho é muitas vezes demorado e complexo, por esses motivos ele não pode desistir, e sim ser persistente, o volume de trabalho e sua complexidade, as linhas de pesquisas que não dão certo e as dificuldades no processo de buscar por informações não devem desanimá-lo.

### **1.3.1 Conduta Ética**

Em todas as profissões é muito importante haver a ética profissional e principalmente na profissão de auditor, pois através do seu trabalho é possível identificar falhas, erros, irregularidades e os responsáveis e executores dessas rotinas.

Existem algumas exigências que o auditor deve seguir, sendo elas: subordinação hierárquica, o auditor deve pedir e não exigir, o auditor não deve participar de grupos dentro da empresa, discrição e sigilo, observar normas, regulamentos, instruções e leis internas, comportamento pessoal adequado, sem coleguismo exagerado. (CREPALDI).

Segundo Crepaldi (2013, p. 97) os padrões éticos do exercício profissional do auditor são:

Bom-senso no procedimento de revisão e sugestão, autoconfiança, sigilo profissional, discrição profissional, capacidade pratica, sentido objetivo, liberdade de pensamento e ação, meticulosidade e correção, perspicácia nos exames, pertinácia nas ações, pesquisa permanente, finura de trato e humanidade.

Esses padrões de condutas são diretrizes que os profissionais devem exercer no seu âmbito profissional, tento discernimento nas decisões e onde particularidades

são definitivamente abandonadas. O auditor deve ter convicção do que está desempenhando, o que resultará na confiança dos que estão ao seu redor. A discricção e o sigilo profissional devem ser respeitados de forma extrema a fim de evitar vazamento de informações e agressividade durante a execução do trabalho. Este profissional deve ser instruído com o objetivo de alcançar alto nível de competência, pois esta atividade requer habilidades práticas e um elevado grau teórico.

### **1.3.2 Independência**

É primordial no trabalho de auditoria a independência, para obter elementos de prova e exercício de seu julgamento. O condicionamento dos seus atos, para o exercício da função, constitui-se elementos restritivos e, portanto, impeditivos de executar o que é de fato necessário.

Attie 1998 cita os motivos que podem impedir uma auditoria independente, segundo as Normas Profissionais de Auditoria Independente – NBC P 1, o auditor que tenha tido no período a que se refere a auditoria, ou durante a execução dos serviços, em relação à entidade auditada, suas coligadas, controladas, ou integrantes do mesmo grupo econômico:

- a) Vínculos conjugais, de parentesco consanguíneo em linha reta, sem limites de grau, em linha colateral até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, com administradores, acionistas, sócios, ou com empregados que tenham ingerência em sua administração ou em seus negócios ou sejam responsáveis por sua contabilidade;
- b) Relação de trabalho como empregado, administrador ou colaborador assalariado, ainda que esta relação seja indireta, nos últimos dois anos;
- c) Participação direta ou indireta como acionista ou sócio;
- d) Interesse financeiro direto, imediato ou mediato, ou substancial interesse financeiro indireto compreendido a intermediação de negócio de qualquer tipo e a realização de empreendimentos conjuntos;
- e) Função ou cargo incompatível com a atividade da auditoria independente;
- f) Fixado honorários condicionais ou incompatíveis com a natureza do trabalho contratado;
- g) Qualquer outra situação de conflito de interesse no exercício da auditoria independente.

Deste modo, o auditor tem que manter independência e imparcialidade na interpretação de tudo que lhe for apresentado, atestando a cada dado um pronunciamento conclusivo. A independência necessita orientar o trabalho do auditor

no sentido da verdade, evitando interesse, conflitos, vantagens, sendo factual em suas afirmações.

### 1.3.3 Evidenciação

O auditor precisa obter evidencias que sejam suficientes para chegar a conclusões que fundamentem suas opiniões, como descreve Perez (2011, p. 95).

A NBC TA 500 Evidência de auditoria é: “informações utilizadas pelo auditor para chegar às conclusões em que se fundamentam a sua opinião. [...] inclui as informações contidas nos registros contábeis que suportam as demonstrações contábeis e outras informações”.

Estes procedimentos de auditoria abaixo são executados com maior frequência: Comparação dos demonstrativos e relatórios gerenciais com os registros contábeis; Comprovação com registros e inspeção de documentação; Inspeção física ou visual; Confirmações diretas de terceiros (circularização); Testes matemáticos globais; Inquirição oral; Exames de documentos importantes; Revisão ou procedimento analítico (PEREZ).

Esses procedimentos têm como objetivo a verificação de relatórios gerenciais, sendo observados os saldos de razões, controles gerenciais. As transações também são verificadas como, por exemplo, pagamento de fornecedores, solicitações de compras, faturas, ordem de pagamento, cópias de cheques, extratos, comprovantes, sendo os documentos gerados fora da empresa mais confiáveis dos que são gerados dentro da empresa.

Existe também a inspeção física ou visual, geralmente realizada no estoque, com a finalidade da verificação da existência do ativo. A informação de terceiros também é muito importante e segura e ocorre quando há de acordo com Perez (2011, p.102):

Existência de ações judiciais ou extrajudiciais em que a entidade esteja envolvida (solicita-se a seus assessores legais).  
Cobertura de seguros.  
Contas a receber (de clientes e diversas).  
Saldo de operações com entidades financeiras.  
Contas a pagar (a fornecedores e outros).  
Mercadorias, imobilizado e valores e poder de terceiros.

O auditor precisa utilizar muitos métodos para que ao final de seu trabalho ele possa ter evidências suficientes para que sua opinião seja sustentada, além de evidências com alto grau de confiabilidade o profissional de auditoria também obtém informações de forma oral com funcionários, mas são utilizados quando não existe a opção de conseguir provas de forma escrita.

Os estatutos, atas, contratos e outros deste nível também são examinados, pois pode afetar de alguma forma o funcionamento da empresa.

Alguns cálculos globais também são realizados no intuito de verificar os impostos sobre vendas, juros, depreciação, variação monetária.

## 1.4 IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA CONTÁBIL

Observa-se que a auditoria é uma tranquilizadora da administração, dos gestores, dos acionistas e que gera maior confiança e segurança para os investidores, além de colaborar com o fisco contribuindo indiretamente na aplicação de leis fiscais e tem como uma das principais vantagens que a auditoria externa é independente não criando vínculos negativos no ambiente de trabalho (CREPALDI).

### 1.4.1 Vantagens para os gestores da empresa

Para a administração da empresa a auditoria examina os controles, torna os registros contábeis mais eficientes, dificulta desvios e erros nos pagamentos e que o patrimônio da entidade esteja seguro, verifica o registro das receitas e liquidação de débitos, contribui para que as demonstrações e a realidade sejam próximas (CREPALDI).

O auditor vem ser uma opinião especializada que não tem vínculo com os colaboradores, gestores e processos da empresa, além de ser imparcial em seu trabalho, o que garante em um resultado verdadeiro e que testa a eficácia dos métodos e rotinas da empresa.

#### **1.4.2 Vantagens para os investidores**

De acordo com Crepaldi (2013, p.11), as vantagens para os investidores são: “Contribuir para maior exatidão nas demonstrações contábeis, possibilitar melhores informações sobre a real situação econômica, patrimonial e financeira das empresas e assegurar maior exatidão dos resultados apurados”.

Fica evidente que essas vantagens que a auditoria gera para os investidores são necessárias para a tomada de decisão na questão de investir ou não em determinada empresa, mostrando com clareza e objetividade a real situação da entidade de forma imparcial e confiável.

#### **1.4.3 Vantagens para o fisco**

As vantagens para o fisco são que as empresas passam a controlar e acompanhar melhor o que se refere às leis fiscais, a maior realidade das demonstrações contábeis e dos resultados (CREPALDI).

## 2. INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A informação contábil é a mensuração econômica das transações. É o processo contábil de atribuir um ou mais valores a todos os eventos que acontecem na empresa e tem significado patrimonial.

Com isso, a contabilidade consegue reunir e interpretar as transações da empresa sob uma única ótica, que é o valor econômico. Todos os dados são produzidos em expressão monetária e, com isso a contabilidade torna-se um grande sistema de informação econômico-financeira. (PADOVEZE, 2002)

A Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº.1.121/2008 destaca:

As informações referentes ao desempenho da entidade, especialmente a sua rentabilidade, são requeridas com a finalidade de avaliar possíveis mudanças necessárias na composição dos recursos econômicos que provavelmente serão controlados pela entidade. As informações sobre as variações nos resultados são importantes nesse sentido. As informações sobre os resultados são úteis para prever a capacidade que a entidade tem de gerar fluxos de caixa a partir dos recursos atualmente controlados por ela. Também é útil para a avaliação da eficácia com que a entidade poderia usar recursos adicionais.

As informações referentes às mutações na posição financeira da entidade são úteis para avaliar as suas atividades de investimento, de financiamento e operacionais durante o período abrangido pelas demonstrações contábeis. Essas informações são úteis para fornecer ao usuário uma base para avaliar a capacidade que a entidade tem de gerar caixa e equivalentes de caixa e as suas necessidades de utilização desses recursos. Na elaboração de uma demonstração das mutações na posição financeira, os fundos podem ser definidos de várias maneiras, tais como recursos financeiros totais, capital circulante líquido, ativos líquidos ou caixa. Nesta Estrutura Conceitual não foi feita nenhuma tentativa de especificar uma definição de fundos.

As informações sobre a posição patrimonial e financeira são principalmente fornecidas pelo balanço patrimonial. As informações sobre o desempenho são basicamente fornecidas na demonstração do resultado. As informações sobre as mutações na posição financeira são fornecidas nas demonstrações contábeis por meio de uma demonstração em separado, tal como a de fluxos de caixa, de origens e aplicações de recursos etc.

As partes componentes das demonstrações contábeis se inter-relacionam porque refletem diferentes aspectos das mesmas transações ou outros eventos. Embora cada demonstração apresente informações que são diferentes das outras, nenhuma provavelmente se presta a um único propósito, nem fornece todas as informações necessárias para necessidades específicas dos usuários. Por exemplo, uma demonstração do resultado fornece um retrato incompleto do desempenho da entidade, a não ser que seja usada em conjunto com o balanço patrimonial e a demonstração das mutações na posição financeira.

Os objetivos da contabilidade para seus profissionais e usuários são identificados com a geração de informações a serem utilizadas por determinados

usuários em decisões que buscam a realização de interesses e objetivos próprios, conforme descreve Resolução - CFC Nº 774/94.

A precisão das informações demandadas pelos usuários e o próprio desenvolvimento de aplicações práticas da contabilidade, dependerão, sempre, da observância dos seus princípios, cuja aplicação à solução de situações concretas deverá considerar o contexto econômico, tecnológico, institucional e social em que os procedimentos serão aplicados.

Isso significa, com grande frequência, o uso de projeções sobre os contextos em causa, o que muitos denominam de visão prospectiva nas aplicações contábeis.

As informações quantitativas que a contabilidade produz, quando aplicada a uma entidade, devem possibilitar ao usuário avaliar a situação e as tendências desta, com o menor grau de dificuldade possível. Devem pois, permitir ao usuário, como participe do mundo econômico:

Observar e avaliar o comportamento;

Comparar seus resultados com os de outros períodos ou entidades;

Avaliar seus resultados à luz dos objetivos estabelecidos

Projetar seu futuro nos marcos políticos, sociais e econômicos em que se insere.

E tudo isso, para que o usuário possa planejar suas operações. Os requisitos referidos levam a conclusão de que deve haver consistência nos procedimentos que a entidade utiliza em diferentes períodos e, tanto quanto possível, também entre entidades distintas que pertençam a um mesmo mercado, de forma que o usuário possa extrair tendências quanto à vida de uma entidade e à sua posição em face das demais entidades ou mesmo do mercado como um todo. Tal desiderato é extremamente incentivado pelo sistema formal de normas, cuja coerência estrutural é garantida pela observância dos princípios fundamentais de contabilidade e seus ordenamentos aplicados. Evidentemente o preceito em análise, conhecido por consistência, não constitui princípio da contabilidade, mas regra técnica comportamental.

Tanto isso é verdade que procedimentos aplicados, mesmo fixados como normas podem ser alterados em função das necessidades dos usuários ou mesmo da qualidade dos resultados da sua aplicação, enquanto que os princípios que os fundamentam permanecem inalterados.

Segundo Marion (2009 p. 28), “a contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para tomada de decisão dentro e fora da empresa”.

É muito encontrada como demonstrações contábeis como explica Perez (2011, p. 13).

A expressão “demonstrações Contábeis” é utilizada para referir-se às informações contábeis que, no Brasil, abrange o balanço patrimonial e as demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos ou outras aplicáveis a setores específicos de atividade ou requeridas por órgãos reguladores, que, juntamente com as notas explicativas correspondentes, formam um conjunto de dados e informações básicas sobre os quais o auditor emite em seu parecer.

Nota-se que a informação contábil é uma linha norteadora para o controle patrimonial e que ela tem grande utilidade nas organizações.

## 2.1 USUARIO DA INFORMAÇÃO

Como podemos ver, são vários os que têm interesse por essas informações, que são indispensáveis para uma entidade, proporcionando-lhes maior eficiência na gestão econômica e financeira e no controle dos bens patrimoniais como Franco (2006, p. 22) vem caracterizando:

Não é somente à administração, entretanto, que interessam o controle do patrimônio e as informações, interpretações e orientação sobre sua composição e variações, mas também a terceiros, que tem interesses vinculados ao patrimônio, como investidores, fornecedores, autoridades fiscais e demais pessoas ou entidades que mantêm relações econômicas ou financeiras com a entidade administrada.

Para Marion (2009 p. 33):

Os usuários são as pessoas que se utilizam da contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam na contabilidade suas respostas. Evidentemente os gerentes (administradores) não são os únicos que se utilizam da contabilidade. Os investidores (sócios e acionistas), ou seja, aqueles que aplicam dinheiro na empresa estão interessados basicamente em obter lucro, por isso se utilizam dos relatórios contábeis, analisando se a empresa é rentável; os fornecedores de mercadoria a prazo querem saber se a empresa tem condições de pagar suas dívidas; os bancos, por sua vez, emprestam dinheiro desde que a empresa tenha condições de pagamento; o governo quer saber quanto de impostos foi gerado para os cofres públicos; outros interessados desejam conhecer melhor a situação da empresa: os empregados, os sindicatos, os concorrentes etc.

De acordo com a Resolução Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.121 de 28.03.2008:

Entre os usuários das demonstrações contábeis incluem-se investidores atuais e potenciais, empregados, credores por empréstimos, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governos e suas agências e o público. Eles usam as demonstrações contábeis para satisfazer algumas das suas diversas necessidades de informação. Essas necessidades incluem:

- (a) Investidores.** Os provedores de capital de risco e seus analistas que se preocupam com o risco inerente ao investimento e o retorno que ele produz. Eles necessitam de informações para ajudá-los a decidir se devem comprar, manter ou vender investimentos. Os acionistas também estão interessados em informações que os habilitem a avaliar se a entidade tem capacidade de pagar dividendos.
- (b) Empregados.** Os empregados e seus representantes estão interessados em informações sobre a estabilidade e a lucratividade de seus empregadores. Também se interessam por informações que lhes permitam avaliar a capacidade que tem a entidade de prover sua remuneração, seus benefícios de aposentadoria e suas oportunidades de emprego.
- (c) Credores por empréstimos.** Estes estão interessados em informações que lhes permitam determinar a capacidade da entidade em pagar seus empréstimos e os correspondentes juros no vencimento.



**(d) Fornecedores e outros credores comerciais.** Os fornecedores e outros credores estão interessados em informações que lhes permitam avaliar se as importâncias que lhes são devidas serão pagas nos respectivos vencimentos. Os credores comerciais provavelmente estão interessados em uma entidade por um período menor do que os credores por empréstimos, a não ser que dependam da continuidade da entidade como um cliente importante.

**(e) Clientes.** Os clientes têm interesse em informações sobre a continuidade operacional da entidade, especialmente quando têm um relacionamento a longo prazo com ela, ou dela dependem como fornecedor importante.

**(f) Governo e suas agências.** Os governos e suas agências estão interessados na destinação de recursos e, portanto, nas atividades das entidades. Necessitam também de informações a fim de regulamentar as atividades das entidades, estabelecer políticas fiscais e servir de base para determinar a renda nacional e estatísticas semelhantes.

**(g) Público.** As entidades afetam o público de diversas maneiras. Elas podem, por exemplo, fazer contribuição substancial à economia local de vários modos, inclusive empregando pessoas e utilizando fornecedores locais. As demonstrações contábeis podem ajudar o público fornecendo informações sobre a evolução do desempenho da entidade e os desenvolvimentos recentes.

Embora nem todas as necessidades de informações desses usuários possam ser satisfeitas pelas demonstrações contábeis, há necessidades que são comuns a todos os usuários. Como os investidores contribuem com o capital de risco para a entidade, o fornecimento de demonstrações contábeis que atendam às suas necessidades também atenderá à maior parte das necessidades de informação de outros usuários. A Administração da entidade tem a responsabilidade primária pela preparação e apresentação das suas demonstrações contábeis. A Administração também está interessada nas informações contidas nas demonstrações contábeis, embora tenha acesso a informações adicionais que contribuem para o desempenho das suas responsabilidades de planejamento, tomada de decisões e controle. A Administração tem o poder de estabelecer a forma e o conteúdo de tais informações adicionais a fim de atender às suas próprias necessidades. A forma de divulgação de tais informações, entretanto, está fora do alcance desta Estrutura Conceitual. Não obstante, as demonstrações contábeis divulgadas são baseadas em informações utilizadas pela Administração sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade.

Compreende-se que usuários tanto podem ser internos como externos e, mais ainda, com interesses diversificados, razão pela qual as informações geradas pela entidade devem ser amplas e fidedignas e, pelo menos suficiente para a avaliação da sua situação patrimonial e das mudanças sofridas pelo seu patrimônio, permitindo a realização de inferências sobre o seu futuro como afirma a Resolução - CFC Nº 774/94.

Os usuários internos incluem os administradores de todos os níveis, que usualmente se valem de informações mais aprofundadas e específicas a cerca da entidade, notadamente aquelas relativas ao seu ciclo operacional. Já os usuários externos concentram suas atenções, de forma geral, em aspectos mais genéricos, expressos nas demonstrações contábeis. Em países com um ativo mercado de capitais, assume importância ímpar a existência de informações corretas, oportunas, suficientes e inteligíveis

sobre o patrimônio das entidades e suas mutações, com vista à adequada avaliação de riscos e oportunidades por parte dos investidores, sempre interessados na segurança dos seus investidores e em retorno compensadores em relação às demais aplicações. A qualidade dessas informações deve ser assegurada pelo sistema de normas alicerçado nos princípios fundamentais, o que torna a contabilidade em verdadeiro catalisador do mercado de ações.

O tema é vital e, por consequência, deve-se manter vigilância sobre o grau em que os objetivos gerais da contabilidade aplicada a uma atividade particularizada estão sendo alcançados. O entendimento das informações pelos usuários pode levá-los a conclusão da necessidade de valer-se dos trabalhos de profissionais da contabilidade.

Estas informações contábeis estão disponíveis a todos os usuários e tem como finalidade fornecer dados adequados ao controle global de suas operações e auxiliar a tomada de decisão.

## 2.2 ATRIBUTOS DA INFORMAÇÃO CONTABIL

Essa informação é prestada através das demonstrações contábeis, cuja técnica de apresentação deve subordinar-se ao critério da clareza e objetividade, para que possam ser devidamente interpretada por todos aqueles que têm seus interesses vinculados ao patrimônio da entidade. (Franco, 2006, p.211)

Segundo Padoveze, para que esta informação seja aceita, ela precisa possuir outras qualidades que possam influenciar a tomada de decisão, são elas:

- A informação deve trazer mais benefício que o custo de obtê-la;
- Deve ser compreensível;
- Deve ter utilidade para o decisor;
- Deve possuir relevância e confiabilidade;
- Dentro da relevância, ela deve ter os aspectos de:
  - oportunidade;
  - valor preditivo;
  - valor de feedback;
- Dentro da confiabilidade, deve ter os seguintes aspectos:
  - verificabilidade;
  - confiança representacional;
  - neutralidade;
- Deve ter consistência (possibilitar a comparabilidade).Padoveze (2002, p. 151).

Nota-se, que estas informações agregam valor, e atuam como instrumento gerencial, ou seja, fornecendo, analisando e ordenando dados essenciais para tomada de decisão.

## 2.2.1 Confiabilidade

Segundo Marion (2009, p. 33), “para ser útil a informação deve ser confiável, ou seja, deve estar livres de erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que propõe representar. Para serem confiáveis, alguns aspectos devem ser considerados”.

Como explica a Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.121 de 28.03.2008:

Uma informação pode ser relevante, mas a tal ponto não confiável em sua natureza ou divulgação que o seu reconhecimento pode potencialmente distorcer as demonstrações contábeis. Por exemplo, se a validade legal e o valor de uma reclamação por danos em uma ação judicial movida contra a entidade são questionados, pode ser inadequado reconhecer o valor total da reclamação no balanço patrimonial, embora possa ser apropriado divulgar o valor e as circunstâncias da reclamação. Para ser confiável, a informação deve representar adequadamente as transações e outros eventos que ela diz representar. Assim, por exemplo, o balanço patrimonial numa determinada data deve representar adequadamente as transações e outros eventos que resultam em ativos, passivos e patrimônio líquido da entidade e que atendam aos critérios de reconhecimento. A maioria das informações contábeis está sujeita a algum risco de não ser uma representação fiel daquilo que se propõe a retratar. Isso pode decorrer de dificuldades inerentes à identificação das transações ou outros eventos a serem avaliados ou à identificação e aplicação de técnicas de mensuração e apresentação que possam transmitir, adequadamente, informações que correspondam a tais transações e eventos. Em certos casos, a mensuração dos efeitos financeiros dos itens pode ser tão incerta que não é apropriado o seu reconhecimento nas demonstrações contábeis; por exemplo, embora muitas entidades gerem, internamente, ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura ao longo do tempo (goodwill), é usualmente difícil identificar ou mensurar esse ágio com confiabilidade. Em outros casos, entretanto, pode ser relevante reconhecer itens e divulgar o risco de erro envolvendo o seu reconhecimento e mensuração.

Para Marion, 2009. “Primazia da essência (econômica, da importância econômica) sobre a forma (jurídica, aspectos legais). A qualidade da informação é mais importante que obedecer a lei”.

Como afirma a Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.121 de 28.03.2008:

Para que a informação represente adequadamente as transações e outros eventos que ela se propõe a representar, é necessário que essas transações e eventos sejam contabilizados e apresentados de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal. A essência das transações ou outros eventos nem sempre é consistente com o que aparenta ser com base na sua forma legal ou artificialmente produzida. Por exemplo, uma entidade pode vender um ativo a um terceiro de tal maneira que a documentação indique a transferência legal da propriedade a esse terceiro; entretanto, poderão existir acordos que

asseguem que a entidade continuará a usufruir os futuros benefícios econômicos gerados pelo ativo e o recomprará depois de certo tempo por um montante que se aproxima do valor original de venda acrescido de juros de mercado durante esse período. Em tais circunstâncias, reportar a venda não representaria adequadamente a transação formalizada.

“Neutralidade (neutra, imparcial, induz a um julgamento justo)”. Marion, (2009, p. 33).

Segundo a Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.121 de 28.03.2008:

Para ser confiável, a informação contida nas demonstrações contábeis deve ser neutra, isto é, imparcial. As demonstrações contábeis não são neutras se, pela escolha ou apresentação da informação, elas induzirem a tomada de decisão ou julgamento, visando atingir um resultado ou desfecho predeterminado.

“Prudência (certo grau de preocupação em virtude das incertezas)”. Marion, (2009, p.33).

Segundo Hilário (2006, p. 204). “A prudência é a atitude indispensável para que a avaliação não atinja valores irrealizáveis, pois isto constituiria superavaliação, que em linguagem informal se chama aguçamento de patrimônio”.

Como demonstra a Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.121 de 28.03.2008:

Os preparadores de demonstrações contábeis se deparam com incertezas que inevitavelmente envolvem certos eventos e circunstâncias, tais como a possibilidade de recebimento de contas a receber de liquidação duvidosa, a vida útil provável das máquinas e equipamentos e o número de reclamações cobertas por garantias que possam ocorrer. Tais incertezas são reconhecidas pela divulgação da sua natureza e extensão e pelo exercício de prudência na preparação das demonstrações contábeis. Prudência consiste no emprego de um certo grau de precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas em certas condições de incerteza, no sentido de que ativos ou receitas não sejam superestimados e que passivos ou despesas não sejam subestimados. Entretanto, o exercício da prudência não permite, por exemplo, a criação de reservas ocultas ou provisões excessivas, a subavaliação deliberada de ativos ou receitas, a superavaliação deliberada de passivos ou despesas, pois as demonstrações contábeis deixariam de ser neutras e, portanto, não seriam confiáveis.

“Integridade (informação completa, sem omissão de itens materiais)”. Marion, 2009.

Conforme explica a Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.121 de 28.03.2008: “Para ser confiável, a informação constante das demonstrações contábeis deve ser completa, dentro dos limites de materialidade e custo. Uma omissão pode tornar a informação falsa ou distorcida e, portanto, não confiável e deficiente em termos de sua relevância”.

### **2.2.2 Compreensibilidade**

Segundo Marion (2012, p.33)

As informações apresentadas nos relatórios contábeis devem ser prontamente entendidas pelos usuários. Todavia, informações relevantes ainda que complexa, deverão ser incluídas nos relatórios contábeis. O relatório contábil deverá ser acessível a leigos.

De acordo com a Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.121 de 28.03.2008:

Uma qualidade essencial das informações apresentadas nas demonstrações contábeis é que elas sejam prontamente entendidas pelos usuários. Para esse fim, presume-se que os usuários tenham um conhecimento razoável dos negócios, atividades econômicas e contabilidade e a disposição de estudar as informações com razoável diligência. Todavia, informações sobre assuntos complexos que devam ser incluídas nas demonstrações contábeis por causa da sua relevância para as necessidades de tomada de decisão pelos usuários não devem ser excluídas em nenhuma hipótese, inclusive sob o pretexto de que seria difícil para certos usuários as entenderem.

Logo, todos que tiverem acesso a estas informações vão compreender, de tal forma que facilitará o processo de tomadas de decisão.

### **2.2.3 Comparabilidade**

“Os usuários devem poder comparar os relatórios contábeis de uma entidade ao longo do tempo, nos períodos sucessivos. Não devem ser mudados os critérios, os padrões avisar os usuários”. Marion, (2009 p.33).

Conforme Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.121 de 28.03.2008:

Os usuários devem também ser capazes de comparar as demonstrações contábeis de diferentes entidades a fim de avaliar, em termos relativos, a sua posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mutações na

posição financeira. Consequentemente, a mensuração e apresentação dos efeitos financeiros de transações semelhantes e outros eventos devem ser feitas de modo consistente pela entidade, ao longo dos diversos períodos, e também por entidades diferentes.

Uma importante implicação da característica qualitativa da comparabilidade é que os usuários devem ser informados das práticas contábeis seguidas na elaboração das demonstrações contábeis, de quaisquer mudanças nessas práticas e também o efeito de tais mudanças. Os usuários precisam ter informações suficientes que lhes permitam identificar diferenças entre as práticas contábeis aplicadas a transações e eventos semelhantes, usadas pela mesma entidade de um período a outro e por diferentes entidades. A observância das normas, inclusive a divulgação das práticas contábeis utilizadas pela entidade, ajudam a atingir a comparabilidade.

A necessidade de comparabilidade não deve ser confundida com mera uniformidade e não se deve permitir que se torne um impedimento à introdução de normas contábeis aperfeiçoadas. Não é apropriado que uma entidade continue contabilizando da mesma maneira uma transação ou evento se a prática contábil adotada não está em conformidade com as características qualitativas de relevância e confiabilidade. Também é inapropriado manter práticas contábeis quando existem alternativas mais relevantes e confiáveis.

O que todos os usuários desejam é comparar a posição patrimonial e financeira da empresa. O desempenho e as mutações na posição financeira ao longo do tempo devem ser apresentados nas demonstrações contábeis e corresponder com as informadas nos períodos anteriores.

#### **2.2.4 Relevância**

Para Marion: “para serem úteis, as informações devem ser relevante às necessidades dos usuários na tomada de decisão”.

Segundo a Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.121 de 28.03.2008:

A relevância das informações é afetada pela sua natureza e materialidade. Em alguns casos, a natureza das informações, por si só, é suficiente para determinar a sua relevância. As funções de previsão e confirmação das informações são inter-relacionadas. Por exemplo, informações sobre o nível atual e a estrutura dos ativos têm valor para os usuários na tentativa de prever a capacidade que a entidade tenha de aproveitar oportunidades e a sua capacidade de reagir a situações adversas. As mesmas informações têm o papel de confirmar as previsões passadas sobre, por exemplo, a forma na qual a entidade seria estruturada ou o resultado de operações planejadas.

Informações sobre a posição patrimonial e financeira e o desempenho passado são frequentemente utilizadas como base para projetar a posição e o desempenho futuros, assim como outros assuntos nos quais os usuários estejam diretamente interessados, tais como pagamento de dividendos e salários, alterações no preço das ações e a capacidade que a entidade tenha de atender seus compromissos à medida que se tornem devidos. Para terem valor como previsão, as informações não precisam estar em

forma de projeção explícita. A capacidade de fazer previsões com base nas demonstrações contábeis pode ser ampliada, entretanto, pela forma como as informações sobre transações e eventos anteriores são apresentadas. Por exemplo, o valor da demonstração do resultado como elemento de previsão é ampliado quando itens incomuns, anormais e esporádicos de receita ou despesa são divulgados separadamente.

Como afirmado anteriormente às informações são relevantes quando podem influenciar as decisões econômicas dos usuários, ajudando-os a avaliar o impacto de eventos passados, presentes ou futuros ou confirmando ou corrigindo suas avaliações anteriores.

### **2.2.5 Materialidade**

Refere-se ao tamanho do item ou do erro, analisado nas circunstâncias específicas de sua omissão ou distorção como explica a Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.121 de 28.03.2008:

Por exemplo, reportar um novo segmento em que a entidade tenha passado a operar pode afetar a avaliação dos riscos e oportunidades com que a entidade se depara, independentemente da materialidade dos resultados atingidos pelo novo segmento no período abrangido pelas demonstrações contábeis. Em outros casos, tanto a natureza quanto a materialidade são importantes; por exemplo: os valores dos estoques existentes em cada uma das suas principais classes, conforme a classificação apropriada ao negócio. Uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis.

Como nota-se a materialidade proporciona uma escala ou divisor ao invés de ser uma característica qualitativa primária que a informação necessita ter para ser útil.

### **2.2.6 Tempestividade**

É o fato de fornecer informação confiável dentro do tempo de execução da decisão, como destaca a Resolução Conselho Federal de Contabilidade - CFC Nº 1.121 de 28.03.2008:

Para fornecer uma informação na época oportuna pode ser necessário divulgá-la antes que todos os aspectos de uma transação ou evento sejam conhecidos, prejudicando assim a sua confiabilidade. Por outro lado, se para divulgar a informação a entidade aguardar até que todos os aspectos se tornem conhecidos, a informação pode ser altamente confiável, porém de

pouca utilidade para os usuários que tenham tido necessidade de tomar decisões nesse ínterim. Para atingir o adequado equilíbrio entre a relevância e a confiabilidade, o princípio básico consiste em identificar qual a melhor forma para satisfazer as necessidades do processo de decisão econômica dos usuários.

Se uma informação se torna demorada é possível que perca sua relevância perante seus usuários.



### 3. AUDITORIA DE ITENS PATRIMONIAIS

#### 3.1 AUDITORIA DAS DISPONIBILIDADES

As disponibilidades são recursos financeiros à disposição da empresa para uso imediato. Segundo, Perez (2012, p.130), os recursos são classificados em três contas distintas:

- **Caixa:** representa o numerário em espécie para a empresa.
- **Bancos:** representado pelo seu dinheiro depositado em contas correntes em livre movimentação, no qual a empresa pode efetuar saques diariamente. Não se incluem nesse item contas correntes vinculadas a operações de crédito que dependa da autorização do banco.
- **Aplicações Financeiras:** São incluídas nesse item as aplicações financeiras que tenha uma liquidez imediata e garanta total realização. Esse tipo de operações é conhecido por nomenclaturas que ao longo do tempo vão mudando em função da situação financeiras econômica da empresa e disposições legais.

Para Jund (2004, p.503):

Os Ativos são classificados por ordem decrescente de grau de liquidez parcela do Ativo, sob o título “Disponível”, representa a disponibilidade imediata em recursos financeiros de uma empresa. Portanto, os valores em caixa, em trânsito e em bancos representam dinheiro em mãos ou a disposição da empresa, [...].

Ressalta-se que neste grupo mencionado acima não se classifica as aplicações financeiras de curto e médio prazo. Deste modo elas são classificadas como Instrumentos Financeiros.

##### 3.1.1 Áreas correlatas

As principais disponibilidades relacionam-se com todas as contas patrimoniais e de resultado praticamente e essas operações monetárias (pagamentos e recebimentos).

Destacam-se as principais relações:

**Caixa e Bancos****Caixa e Bancos – Relações Patrimoniais**

<b>Contrapartida</b>	<b>Operações</b>
Aplicações financeiras	Aplicação e resgate de operações
Clientes	Recebimento de duplicatas
Estoques	Compras á vista
Contas a receber	Recebimentos de duplicatas
Imobilizado	Compras á vista
Investimentos	Aplicações em investimentos permanentes
Exigível	Pagamentos de duplicatas de fornecedores, salários e encargos, impostos e taxas, empréstimos e financiamentos, contas em geral etc.
Patrimônio líquido	Integralização de capital
<b>Caixa e bancos: relações de resultados</b>	
<b>Contrapartida</b>	<b>Operações</b>
Receitas de vendas	Vendas a vista
Despesas administrativas, comerciais e financeiras.	Pagamento de despesas

**Aplicações financeiras****Aplicações: relações patrimoniais**

<b>Contrapartida</b>	<b>Operações</b>
Bancos: conta movimento	Aplicações e resgates de aplicações
<b>Aplicações financeiras: relações de resultados</b>	
<b>Contrapartida</b>	<b>Operações</b>
Receitas financeiras	Reconhecimento da receita incorrida

Fonte: Perez, Auditoria de Demonstração – Normas e Procedimentos. (2012).

**3.1.2 Objetivos de auditoria das disponibilidades**

Assim os valores apresentados como montante serão exato dos recursos disponíveis e foram determinados de acordo com as práticas contábeis que foram adotadas no Brasil.

### 3.1.3 Seleção dos procedimentos de auditoria das disponibilidades

É importante ter bastante atenção nas disponibilidades quanto aos controles internos, a maioria das fraudes e prejuízos na empresa está direta ou indiretamente relacionada com o movimento de dinheiro ou cheques.

Podemos ver alguns casos abaixo de fraudes relacionados com o disponível Segundo Perez (2012 p. 132, 133).

- ✓ Interceptar cheques ao portador e descontá-los em banco;
- ✓ Interceptar cheques emitidos para pagamentos originados em operações autênticas e, mediante seu endosso, depositá-los em conta de quem realiza fraude;
- ✓ Adulterar comprovantes pagos pelo fundo fixo para lograr reembolso superior ao reembolso efetivamente pago;
- ✓ Adulterar o comprovante slip de depósito bancário e alterar, posteriormente, as reconciliações bancárias para encobrir o erro;
- ✓ Adulterar os valores nas transposições de saldos;
- ✓ Adulterar a soma do reembolso do fundo fixo;
- ✓ Desviar ou não reconhecer receitas de aplicações financeiras.
- ✓ Incluir duas ou mais vezes, o mesmo comprovante de gastos nos reembolso de fundo fixo.

Quando na empresa não existe bons controles internos, as possibilidades de fraudes são bastante amplas. É necessária uma perfeita avaliação dos sistemas de controles, de modo que reduzam, ao mínimo possível, estas possibilidades.

## 3.2 AUDITORIA DE CONTAS A RECEBER

As contas a receber representam direitos adquiridos por vendas a prazo de bens e serviços. Inclui também os direitos de impostos a recuperar e depósitos compulsórios entre outros.

Segundo Crepaldi (2012, p.596).

Por serem de natureza intangível, as contas a receber pedem procedimentos de auditoria diferentes, em vários aspectos, daqueles usados na auditoria de caixa e bancos. As contas a receber representam compromissos assumidos pelos clientes (compradores) de pagar alguma coisa e, assim sendo, apresentam aspectos subjetivos, não existentes no caixa e bancos. [...].

### **3.2.1 Objetivos de auditoria de contas a receber**

Segundo Jund (2004, p.500), os objetivos de auditoria das contas a receber podem ser classificados conforme a seguir:

- Estabelecer segurança sobre os controles internos mantidos sobre as contas a receber;
- Provar que os valores apresentados no balanço são válidos e reais;
- Determinar que os recebíveis estão apresentados no balanço pelo seu valor líquido realizável, e que foi constituída adequada provisão para prováveis perdas;
- Concluir sobre sua correta apresentação no balanço no que diz respeito a curto e longo prazo, e os saldos credores que deverão ser reclassificados para o passivo;
- Identificar se algum recebível foi dado em garantia de alguma operação, se foi descontado ou, de qualquer outra forma, comprometido.

Entende-se que os objetivos de contas a receber é o controle da empresa em seus saldos apresentados no balanço com clareza para uma futura auditoria.

### **3.2.2 Procedimentos de auditoria de contas a receber**

De acordo Jund (2004, p.500) os seguintes procedimentos de contas a receber estão relacionados:

- Efetuar testes de contagem física das duplicatas a receber e confrontá-las com o razão;
- Confirmar as duplicatas a receber junto a clientes, emitindo carta de circularização;
- Verificar a existência de duplicatas incobráveis ou em atraso;
- Fazer o relacionamento entre as duplicatas a receber com vendas;
- Examinar a correta classificação das contas, bem como a observância aos princípios de contabilidade.

Para Crepaldi (2012, p. 597) os procedimentos de auditoria também são usados como exame de contas a receber e são classificadas das seguintes maneiras:

- Coleta e exame de evidências externas;
- Exame de evidências internas da firma;
- Procedimentos analíticos referentes a saldos de contas a receber e provisão para Créditos de Liquidação duvidosa.

### 3.3 AUDITORIA DE ESTOQUES

São registradas no grupo do estoque as mercadorias, matérias-primas, produtos em fabricação e produtos para revenda. Os estoques são das mais variadas formas de irregularidades, desvios e deterioração.

Entende-se que os estoques são classificados no ativo circulante e os bens a prazo superior a um ano, deverão ser registrados no Realizável a Longo Prazo e requer que o auditor tenha conhecimento de sua composição, como são comprados, preço, quantidade, custo, custódia, consumo, critérios de avaliação, entre outros.

#### 3.3.1 Objetivos de auditoria dos estoques

De acordo Jund, (2004, p.501), os objetivos de auditoria para o grupo de estoques são mais complexos que se resumem:

- ✓ Os valores apresentados no balanço estão representados por quantidades físicas de produtos, estocadas em armazéns da companhia, de terceiros em trânsito;
- ✓ Os itens foram avaliados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e aplicados consistentemente, durante o período e com relação exercício anterior, além de avaliados a preço de custo ou mercado, dos dois o menor;
- ✓ As listagens de inventários foram corretamente compiladas, somadas e sumarizadas, estando o total adequadamente refletido no balanço.
- ✓ Os critérios adotados para determinação de preço de custo de produtos em processo são adequados.

Para Attie (1998, p. 293), a auditoria dos estoques tem a seguinte finalidade:

- Determinar sua existência, que poderá estar na companhia, em custódia com terceiros ou em trânsito;
- Determinar se é pertencente à companhia;
- Determinar se foram aplicados os princípios de contabilidade geralmente aceitos, em base uniformes;
- Determinar a existência de estoques penhorados ou dados em garantia:  
e
- Determinar se estão corretamente classificados nas demonstrações financeiras e se as divulgações cabíveis foram expostas por notas explicativas.

Entende-se que o objetivo é o controle das mercadorias apresentadas em relatório com o preço de custo e o seu valor mencionado no balanço.

### **3.3.2 Avaliação dos estoques**

Para Attie, (1998, p.297), as avaliações dos estoques são:

Os critérios de avaliação aceitos são do preço médio, Fifo (primeiro a entrar, primeiro a sair) e Lifo ( último a entrar, primeiro a sair) . Para efeitos locais, o critério comumente utilizado é o do preço médio. Não é aceito para efeitos fiscais o Lifo (último a entrar, primeiro a sair).

De acordo Perez (2012, p.139) “pode-se assegurar que os estoques foram avaliados por seu custo de aquisição ou produção, o qual inclui todos os gastos incorridos pela empresa para tê-los prontos para venda”.

Sabe-se que a avaliação de estoques é pelo custo e do preço médio, é desta forma que tem o resultado do estoque esperado na empresa, juntamente com a entrada de mercadorias através de notas fiscais.

## **3.4 AUDITORIA DE INVESTIMENTOS**

Os investimentos são os recursos aplicados em forma permanente, de bens e direitos, que se destinam renda de valorização.

### **3.4.1 Objetivos de auditoria de investimentos**

De acordo Jund (2004, p.498) os objetivos da auditoria de investimentos são:

- Estabelecer a segurança sobre os controles mantidos sobre os investimentos;
- Provar que os valores apresentados no balanço são reais, existem fisicamente e estão livres de qualquer ônus, e se estão em nome da companhia;
- Determinar se foram adotados os princípios fundamentais de contabilidade na sua avaliação se foram consistentemente, nos períodos apresentados;
- Verificar se todas as rendas aplicáveis forma contabilizadas no período correto;
- Determinar se os investimentos e as respectivas rendas estão classificados, apresentados e descritos corretamente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos precisam estar com os valores corretos e existir fisicamente igual no balanço, além de estarem de acordo com os princípios da contabilidade, os

rendimentos também devem estar de acordo, assim como a classificação, descrição, avaliação e aplicação.

### 3.5 AUDITORIA DO PASSIVO

O passivo são recursos de terceiros aplicados na empresa, e as obrigações da empresa com o terceiros.

De acordo Perez (2012, p. 151) essas obrigações podem ser classificados:

- ✓ Passivo Circulante: obrigações com prazo de vencimento até o final do próximo exercício social.
- ✓ Exigível a Longo Prazo: obrigações com prazo de vencimento após o final do próximo exercício social.

As obrigações e a sua natureza podem ser:

- ✓ Duplicatas a pagar com fornecedores de bens de estoque ou imobilizado.
- ✓ Empréstimos a financiamentos junto a Instituições Financeiras.
- ✓ Salários e encargos sociais
- ✓ Impostos e taxas.
- ✓ Contas a pagar em geral.
- ✓ Provisões

#### 3.5.1 Áreas correlatas

<b>Passivo</b>	
<b>Passivo – Relações patrimoniais</b>	
<b>Contrapartida</b>	<b>Operações</b>
Disponibilidades	Pagamentos de obrigações e obtenção de empréstimos.
Estoques	Compras a prazo
Produtos em elaboração	Provisionamento de custos de mão de obra e custos indiretos de fabricação
Ativo não circulante	Aquisição a prazo de investimentos, imobilizado e intangível.
<b>Passivo – Relações de resultado</b>	
<b>Contrapartida</b>	<b>Operação</b>

Despesas Financeiras	Apropriação de juros e variação monetária sobre empréstimos e financiamento.
Despesas Administrativas	Apropriações das despesas incorridas.

Fonte: Perez, Auditoria de Demonstração – Normas e Procedimentos. (2012).

### 3.5.2 Procedimentos de auditoria do passivo

Nesta conta serão registradas as obrigações de várias atividades e diversidades.

Conforme Perez (2012, p.153), a relação dos procedimentos de Auditoria:

**Fornecedores:**

- Circularização de fornecedores.
- Teste de liquidação subsequente.

**Financiamentos:**

- Circularização de instituições financeiras.
- Análise das garantias.
- Teste do cumprimento das cláusulas contratuais.
- Teste de obtenções e liquidações.
- Cálculo global dos encargos.

**Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar**

- Teste de liquidação do saldo anterior.
- Revisão do cálculo do imposto a pagar.
- Teste dos valores dos incentivos fiscais.

**Impostos a Recolher**

- Revisão das conciliações dos saldos contábeis com fontes independentes.
- Teste de liquidação subsequente.
- Revisão dos cálculos, inclusive cálculo global, quando aplicável.

**Salários e contribuições sociais.**

- Revisão das conciliações dos saldos contábeis com fontes independentes.
- Teste de liquidação subsequente.
- Teste de folha de pagamento.
- Teste do passivo relativo a férias e 13º salário.

**Demais contas a pagar**

- Circularização de credores diversos.
- Teste de liquidação subsequente.
- Cálculo da variação monetária.

**Provisões:**

- Análise de adequação das obrigações decorrentes de perdas prováveis decorrentes de passivos contingentes.

### 3.5.3 Passivo circulante e passivo não circulante

De acordo Braga (2012, p.63), o passivo de ser classificado como circulante quando satisfaz os seguintes critérios:



- (a) Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- (b) Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- (c) Deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou.
- (d) A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação.

Segundo Crepaldi (2012, p. 682) o que o auditor precisa referente ao passivo não circulante:

- Verificar se existe controle interno satisfatório sobre o não circulante;
- Determinar a razoabilidade e a propriedade do passivo registrado; ou seja, de que não há item algum do passivo sem registro;
- Determinar se os itens do passivo são corretamente apresentados nas demonstrações financeiras.

Entende-se que o restante de outros passivos serão classificados como não circulante com suas obrigações com vencimentos previstos de longo prazo.

## 3.6 PATRIMÔNIO LIQUIDO

Ressalva-se neste grupo do patrimônio líquido as contas que representam como os capitais próprios de recursos adquiridos dos sócios ou acionistas em decorrência dos resultados econômico-financeiros da empresa.

Contém os seguintes subgrupos de contas: Capital realizado; reservas de capital; ajustes de avaliação patrimonial; reservas de lucros e prejuízos acumulados.

### 3.6.1 Capital realizado

De acordo Braga (2012, p. 64).

O capital social da empresa pode ser considerado sob os seguintes aspectos: capital autorizado, capital subscrito, capital realizado e capital a realizar. Capital realizado é o limite máximo previsto nos estatutos da empresa para aumentar seu capital, independentemente de reforma estatutária ou de autorização da assembleia geral de acionistas. Capital subscrito é o montante do capital social emitido pela empresa cujos acionistas assumiram o compromisso de integralizar. É o capital efetivo da empresa, constante de seus estatutos ou contrato social. Capital a realizar é o montante subscrito pelos acionistas ou sócios, mas ainda não

integralizado. O capital realizado compreende o capital subscrito deduzido do capital a realizar, representando o montante efetivamente aportado na empresa por seus sócios ou acionistas.

Para Jund (2004, p.490)

O capital Social representa a participação dos acionistas na companhia. Os valores registrados no capital social são oriundos de recursos alocados pelos acionistas ou de transferências de valores das reservas e lucros acumulados.

### **3.6.2 Reservas de capital**

As Reservas de Capital são os valores recebidos pela companhia que não transitam pelo Resultado como Receitas, valores destinados a reforço do seu capital. Neste grupo são classificados contas das seguintes transações: Ágio na colocação de ações, prêmio recebido na emissão de debêntures, doações e subvenções para investimentos entre outros.

### **3.6.3 Ajustes de avaliação patrimonial**

Entendem-se como avaliações patrimoniais não computadas no resultado do exercício, em consonância com o regime de competência, as contrapartidas do aumento ou diminuição do valor do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

### **3.6.4 Reservas de lucros**

Conforme Jund (2004, p. 491) as reservas são constituídas pela apropriação da companhia, conforme previsto pelo art. 182, da Lei nº 6.404/76. São constituídas, entre outras por cinco reservas:

- ✓ Reserva Legal: Constituída, com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social realizado.
- ✓ Reservas Estatutárias: São constituídas por determinação do estatuto da companhia, como destinação de uma parcela dos lucros do exercício. Estão previstas no art. 194, da Lei nº 6.404/76.

- ✓ Reservas para Contingências: Possuem a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de uma perda julgada provável, e cujo valor possa ser estimado. Sua forma de constituição esta prevista no art. 195, da Lei nº 6404/76.
- ✓ Reserva de Lucros a Realizar: Tem por objetivo evidenciar a parcela dos lucros ainda não realizada financeiramente (apesar de contábil economicamente realizada) pela companhia e também não distribuído obrigatório, fixado como porcentagem do lucro do exercício sobre essa mesma parcela, como intuito de não descapitalizar a empresa por meio da distribuição de lucros ainda não realizados financeiramente.
- ✓ Reserva de Lucros para Expansão: Seu objetivo é atender a projeto de investimento. A companhia poderá reter parte dos lucros do exercício conforme previsto no art. 196, da Lei nº 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital da empresa, ser proposta pela administração e aprovada pela assembleia geral. Não pode ser constituída em detrimento do pagamento do dividendo obrigatório.

### **3.6.5 Lucros ou prejuízos acumulados**

Entende-se que esta conta representa o saldo dos lucros (ou prejuízos) líquidos das suas reservas de lucros e dos dividendos distribuídos, seu saldo faz parte do patrimônio líquido até a data do balanço. Representa uma interligação entre o balanço e a Demonstração do Resultado do Exercício.

A empresa deve passar o seu saldo de lucros acumulados existente no final de cada exercício. Essa conta é transitória e será utilizada para a transferência do lucro apurado no período.

Os prejuízos de todos os exercícios serão absorvidos pelas reservas de lucros e transferidos para a reserva legal. Entretanto, não poderá haver saldo na conta de prejuízos acumulados, o saldo será absorvido para as reservas de lucros. Se ainda mantiver saldo em prejuízos acumulados este poderá ser utilizado em reservas de capital para assim compensá-lo.

## 4. ESTUDO DE CASO DE AUDITORIA NA EMPRESA LE ROMA

### 4.1 CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL: Le Roma Confeções Casagrande Ltda – EPP

CNPJ: 07.363.017/0001-52

DATA DE ABERTURA: 18/04/2005

ATIVIDADE PRINCIPAL: Comercio Varejista de Artigos de Vestuários e Acessórios

NATUREZA JURIDICA: Sociedade Empresaria Limitada

ENDEREÇO: Av. 09 de Agosto, 2573, Centro –Jaguaré – ES

REGIME TRIBUTATIO: Simples Nacional

### 4.2 O PROCESSO DE AUDITORIA

Foi realizado um estudo de caso na Empresa Lê Roma Confeção Casagrande Ltda ME, que passou por um processo de Auditoria no período de janeiro a maio 2014. Na época a mesma estava enfrentando dificuldades como relata sua sócia gerente Lelia Kelvia:

Há muito tempo estávamos observando que os impostos só cresciam, e víamos dificuldade da nossa contabilidade para nos auxiliar, foi então que decidimos contratar uma auditoria para nos trazer a resposta e comprovar a veracidade das apurações tanto fiscal quanto contábil.

Ainda foi relatado que a parte fiscal e contábil estava meio obscura e também precisavam fiscalizar o setor administrativo e pessoal da empresa. De acordo com a sócia da empresa houve uma grande movimentação para adaptar a empresa a novas regras foi preciso ajuda do suporte técnico muitas vezes, para atender aos auditores.

A empresa que presta serviços contábeis (contabilidade), também foi muito requisitada, segundo a sócia, por ser responsável por controlar toda a documentação e ter todas as informações que seriam disponibilizadas para a auditoria. Porém houve resistência por parte da contabilidade na entrega de documentos, talvez por não conhecer a empresa de auditoria ou qualquer outra insegurança, que não foi revelada pela sócia.

Após a contabilidade disponibilizar todas informações foi possível começar o processo de auditoria que durou alguns meses e teve boa repercussão para empresa que a contratou. Foi constatado que a contabilidade estava fazendo a

escrituração da empresa auditada de forma incorreta e automaticamente gerando um imposto mais auto todo mês, as sócias não estavam fazendo a retirada de pró-labore corretamente e havia alguma coisa para acertar no setor administrativo da empresa.

Sendo concluído o processo a empresa pode observar que houve redução nos impostos apurados, as sócias passaram fazer a retirada legal e teve grande resultado no setor pessoal e administrativo da empresa a empresa prestadora de serviços contábeis acertou a escrituração e esta trabalhando com mais transparência dando oportunidade para empresa auditada esta mais próximas das informações geradas.

## CONCLUSÃO

O atual cenário contábil e de auditoria passa por contínuos processos de mudanças. Em consequência há uma necessidade de constante acompanhamento, verificação nos procedimentos contábeis, que são responsáveis e transmitem a imagem da empresa através das informações contábeis.

É através das informações contábeis, que são feitas as análises para tomada de decisões e para isso é preciso ter segurança quanto a veracidade dos dados, e até mesmo quanto a detecção de fraudes. Nesse contexto, são muitos os benefícios que auditoria pode causar: tornar os registros contábeis mais eficientes; dificultar desvios e erros; contribuir para que as informações reflitam a realidade, permitindo maior credibilidade para os investidores. Enfim vantagens tanto para a administração quanto aos investidores.

A fraude representa atualmente um elevado obstáculo à sobrevivência das empresas, o que vem influenciando negativamente em suas atividades. Os profissionais de auditoria podem facilmente detectar essa agressão intencional aos ativos, mas quanto ao aspecto de prevenção, essa eficiência é pouca, ou seja, no processo de auditoria, ao detectar prática inadequada nas transações que refletem diretamente no resultado das informações contábeis, o censo crítico na opinião do relatório, pode contribuir para evitar ocorrência de atos fraudulentos.

Conclui-se que somente aspectos técnicos (análise documental, amostragem, levantamentos quantitativos, procedimentos de auditoria de itens patrimoniais etc.) não são suficientes à prevenção de fraudes, são primordiais para identificar e minimizar as causas. Uma das maneiras mais eficientes para redução desse risco, é a sugestão da auditoria, na construção de um forte sistema de controle interno, com avaliação periódica tanto interna como externa.

## REFERÊNCIAS

ATTIE, William. Auditoria: **Conceitos e Aplicações**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1998 1 Auditoria I Título ISBN 85-224-1829-2.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações Contábeis**: estrutura, análise e interpretação. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade**: Conselho Federal. 3. Ed. Brasília: CFC, 2008.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil**: teoria e prática. 8. Ed. São Paulo. Atlas, 2012.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade geral**. 23. Ed. São Paulo. Atlas, 2006.

JUND, Sergio. **Auditoria: Conceitos, Normas, Técnicas e Procedimentos**: teoria e 700 questões – Estilo ESAF, UNB e Outros/Sergio Jund. 6. Ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.

JUNIOR, José Hernandez Perez. **Auditoria das demonstrações contábeis**. 2. Ed. Rio de Janeiro: FVG Editora, 2011.

JUNIOR, José Hernandez Perez. **Auditoria de demonstrações contábeis**: normas e procedimentos. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Sistema de Informações contábeis**: fundamentos e análise. 3. Ed. São Paulo. Atlas, 2002.

## APÊNDICES

### APÊNDICE I – CARTA DE APRESENTAÇÃO



**CARTA DE APRESENTAÇÃO  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ – SÃO MATEUS - ES  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Estudo sobre: A importância da auditoria nas informações contábeis

Jaguaré, 28 de outubro de 2014.

---

Presado Senhor (a)

Estamos realizando um estudo de caso sobre: A Importância da Auditoria nas Informações Contábeis, com o objetivo de responder o problema proposto por este tema.

Pedimos sua permissão para fazer este estudo em sua empresa, lembrando que todas as informações fornecidas serão consideradas estritamente confidenciais e os dados reservados exclusivamente para subsídio à nossa pesquisa.

Caso seja de seu interesse, os resultados da pesquisa estarão à sua disposição após a conclusão do trabalho.

Certos de vossa indispensável colaboração agradecemos antecipadamente.

---

**8º Período de Ciências Contábeis  
Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES**



## APÊNDICE II – CARTA DE AUTORIZAÇÃO

### CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, **Lelia Kelvia Casagrande Santos**, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF sob o nº 131.134.947-29, residente e domiciliada à Rua Uirapuru, 1032 - Irmã Tereza, Jaguaré - ES, autorizo para os devidos fins, os(as) alunos(as) do 8º período do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Vale do Cricaré: **Maurina Soares Motta de Souza, Patrícia Miranda Campos Oliveira e Victor Hugo Leviski Catrinck** a divulgarem e publicarem a entrevista feita comigo em seu trabalho de conclusão de curso, cujo tema é: **A Importância da Auditoria nas Informações Contábeis.**

Jaguaré/ES, 25 de Outubro de 2014.

---

## APÊNDICE III - QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO PARA BASE DO ESTUDO DE CASO.  
FACULDADE VALE DO CRICARÉ - SÃO MATEUS – ES  
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1. Qual o tipo de atividade da sua empresa?
2. Há quanto tempo a sua empresa atua no mercado?
3. Qual regime tributário da sua empresa?
4. Quais motivos levaram sua empresa a contratar uma auditoria?
5. Qual setor da empresa foi auditado?
6. Quais as dificuldades encontradas na empresa para ser necessária a auditoria?
7. Quais documentos foram solicitados pelos auditores?
8. Sua contabilidade disponibilizou a documentação necessária para os auditores?
9. Quais as conclusões obtidas pela empresa após o termino da auditoria?
10. Esse processo de auditoria trouxe alguma vantagem para melhoria da empresa?